



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA
BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE
BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

Nº 67

1, MARÇO, 1978

**ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DE MARAPANIM
— NORDESTE PARAENSE**

Lourdes Gonçalves Furtado

Museu Goeldi

RESUMO: Apresenta-se aqui duas áreas de adaptação econômica do Município de Marapanim (Micro Região Homogênea do Salgado, no Nordeste do Estado do Pará) como exemplo da diversificação ecológica existente na Amazônia. Estas áreas, designadas por **micro-área da Água Doce** e **micro-área Praiana**, manifestam a influência das áreas ecológicas que orientam a vida econômica dos habitantes do citado município: a costa marítima e as terras firmes do nordeste paraense, que atribuem a cada uma delas peculiaridades em termos de exploração dos recursos do meio, de organização do trabalho, de distribuição populacional e da tecnologia empregada pelos habitantes locais. O estudo baseia-se em observação participante, entrevistas e histórias de vida, realizadas em trabalho de campo.

INTRODUÇÃO

Os dados aqui apresentados são resultantes de trabalho de campo no Município de Marapanim, iniciado em 1973, como parte de uma programação de estudos sobre as populações regionais do Estado do Pará⁽¹⁾, da qual faz parte o Projeto Marapanim, incluindo a análise da organização econômico-social da pesca no Município de Marapanim, notadamente em sua orla marítima.

(1) — Além da autora, Isolda Maciel da Silveira, no Município de Prumavera (Nordeste Paraense), Maria José Brabo, em Muaná (Ilha de Marajó), Isidoro Alves e Antonio Maria Souza, em Santarém.

Estas notas visam mostrar a existência de duas áreas de produção econômica no citado município, que vivem sob a influência de duas áreas ecológicas, a de *terra-firme* e a *costa marítima*, as quais refletem modos de vida inerentes a elas.

Sabe-se que a Amazônia, como um todo, não é uma região homogênea em termos de suas condições naturais (2), existindo neste vasto contexto uma variedade de sub-regiões que condicionam certos gêneros de vida econômica, manifestados nas atividades de extrativismo, agricultura, pesca, criatório, mineração. Admitindo-se essa variedade ecológica, há neste vasto ambiente, tipos de adaptações econômicas peculiares, de modo a elevar ao máximo as possibilidades de vida dos grupos sociais, inseridos em cada área ecológica. Essa idéia recai na noção de reciprocidade, que menciona Sahlins (1966:101) pela qual as culturas são tomadas como modos de vida de sociedades humanas, o que significa dizer, adaptações entre o homem e as condições naturais do meio em que ele vive, ou seja, a cultura determina o seu meio ambiente pela natureza dos instrumentos que o indivíduo emprega, pela orientação que ele imprime no sentido de obter a sua sobrevivência. Conclui-se daí, que na Amazônia, as "comunidades" (3) além dos fatores históricos e sociais, são influenciadas pelas condições ecológicas específicas de sua localidade e de sua economia básica, que, por seu turno, permeiam os padrões sociais do grupo, as relações de tra-

(2) — Betty Meggers (1974 : 83) fala de que a "Amazônia, as know is today, can be divided into two major ecological areas based significant differences is soil fertility, flora, fauna and seasonal change. The area of the terra firme and varzea". Essa noção de heterogeneidade é corroborada pelas considerações feitas em Itá (Baixo Amazonas) por Wagley (1967 : 50), afirmando que "dentro da vasta região amazônica há uma variedade infinita de zonas ecológicas que se estendem desde a ilha de Marajó e Zona Bragantina até ao Baixo Amazonas e as variadas regiões do Alto Amazonas" e que, acrescenta, "num município — e geralmente em qualquer comunidade... — há em geral várias micro-áreas ecológicas..." (ibid.).

(3) — O termo **comunidade** é entendido num sentido prático. Supõe os limites de um dado aglomerado humano, no qual se circunscreve a análise em que o pesquisador realiza seus trabalhos.

balho, as formas de cooperação vicinal. Nesse sentido, é provável que encontremos num agrupamento de seringueiros, padrões de trabalho, relações intergrupais, formas de cooperação peculiares, inexistentes, portanto, num agrupamento de pescadores ou de roceiros.

A diversificação ecológica da Amazônia tem sido comprovada até mesmo em áreas menores, como naquelas trabalhadas pelos antropólogos Bordallo da Silva e Charles Wagley, em dois municípios do Estado do Pará. O primeiro observou em Bragança, no nordeste paraense, cinco pequenas áreas de adaptação econômica, às quais denominou de *micro-áreas ecológicas*: a) área marítima ou de pesca; b) área dos campos ou de pecuária e tabaco; c) área de várzeas; d) área de fibras; f) área de farinha e cereais (Silva, 1959:7). Wagley (1967:54), em Itá, aponta para essa comunidade duas *micro-áreas*: a de terra-firme e a de ilhas e várzeas, cada uma delas com sua adaptação econômica característica, do ponto de vista do cultivo do solo, da distribuição populacional e de suas relações com o centro urbano local.

Esses dois autores, em seus respectivos trabalhos, usam a noção de *micro-área* para identificar áreas em que determinados grupos de comunidades, partilhando de um mesmo ambiente natural, desempenham certas atividades específicas como meio de sua subsistência. Assim, cada *micro-área* é inclusiva de uma área maior, esta subdividida em áreas menores ou *micro-áreas*, cujo ambiente natural, por seus recursos favorece determinados tipos de atividade e estas, por sua vez, engendram formas de cooperação e execução de trabalho particulares, bem como as relações com o meio externo.

Essa noção é verificável no Município de Marapanim, onde vários grupos de comunidades vivem com maior dependência de uma economia agrícola com base nos roçados, enquanto que outros fazem da pesca o seu suporte econômico. Conquanto as atividades agrícola e pesqueira não se excluam mutuamente em cada grupo de comunidade por elas

influenciado, é possível configurar-se duas áreas de adaptação econômica naquele município, as quais denominamos de *micro-área da Água Doce* e *micro-área Praiana*. De início, tomamos de Wagley e Bordallo da Silva o termo *micro-área*, para indicar que na área de Marapanim também existem pequenas áreas capazes de influenciar diferentes formas de adaptação econômica nas vizinhanças rurais desse município.

Estas notas têm um objetivo triplice: 1) contribuir para o conhecimento das particularidades do *habitat* amazônico, 2) oferecer dados que possam ser comparados com outras áreas, e 3) fornecer subsídios para o conhecimento de um município situado numa região em que esforços estão sendo envidados por outras instituições, para a sua recuperação sócio-econômica, que é o chamado Nordeste Paraense.

Os critérios utilizados para a indicação das *micro-áreas* marapanienses decalcam-se no tipo de atividade econômica exercida pelos habitantes locais, pelas características geográficas do *habitat* e pela natureza da produção.

Os dados apresentados baseiam-se em observações diretas e em entrevistas e algumas histórias-de-vida realizadas nas localidades de Vista Alegre do Pará, Marudá, Arapijô, Monte Alegre do Maú ou "Vila Maú", Guarijuba, Porto Alegre, Tamaruteua, Sauaá, Camará, Araticum-Miri, Retiro, Santa Maria, Recreio e na sede do município. Em complemento, foram realizados levantamentos na Agência da Coletoria Estadual local, na Delegacia do Sindicato dos Lavradores e na Colônia de Pescadores Z-6, naquela sede. As informações aqui colocadas, são de caráter geral e descritivo, a nível mais impressionista que propriamente conclusivo, constituindo-se em dados preliminares, visto que estudos específicos, já em andamento, serão apresentados posteriormente com relação a área pesqueira (*micro-área Praiana*) (4).

(4) — Nesse estudo focalizaremos a organização da atividade pesqueira nas comunidades do litoral de Marapanim, objetivando a apresentação de nossa tese de mestrado ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Agradecemos as valiosas colaborações que nos foram prestados no decorrer do trabalho de campo, de início a Maria da Conceição Santana e Maria Cristina Rocha e, posteriormente, a de Arian da Costa Nery, Maria Ivete Herculano do Nascimento e Ruth Cortez, estagiários do Museu Goeldi, cuja dedicação contribuiu para a realização deste trabalho. A professora Jesus Naiff e aos nossos informantes de Marapanim, pelas ajudas prestadas e pela hospitalidade dispensada.

A REGIÃO E O MUNICÍPIO

O nordeste paraense, como região abrangente do Município de Marapanim, ocupa uma área de 105.720 km² no Estado do Pará, entre os paralelos 0°30' a 3° de latitude sul e entre os meridianos de 46° a 48°30' de longitude oeste (IDESP, 1975:2). Territorialmente, constitui-se de cinco Micro Regiões Homogêneas (segundo a divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas), entre elas a do Salgado onde situa-se Marapanim (Fig. 1).

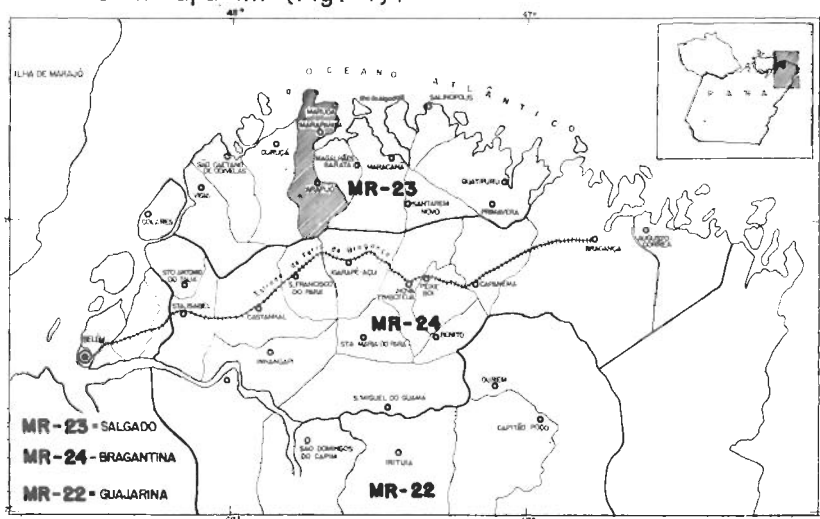


Fig. 1 — Espaço da Zona do Salgado focalizando o Município de Marapanim e o povoado de Arapijó que separa as micro-áreas da Água Doce e Praiana. Baseado no Mapa das Micro Regiões Homogêneas Guajarina, Salgado e Bragantina (IDESP, 1973).

A Micro Região Homogênea do Salgado, tradicionalmente conhecida como *Zona do Salgado*, devido a influência que sofre das águas do oceano Atlântico (Palma Muniz, 1924:3), é definida como área pesqueira por excelência. Possui também uma significação agrícola. O observador que percorrer qualquer um dos 11 municípios que a integram, verificará a tendência dessa área para as atividades agro-pesqueiras, decorrente de sua posição entre as terras firmes do Nordeste Paraense e as águas oceânicas que banham o litoral do Pará. Tomamos como referência o Município de Marapanim, no qual permanecemos seis meses em trabalho de campo em períodos alternados, realizando entrevistas e consultando documentos particulares, cujas informações nos ajudaram a formar um quadro sobre a realidade sócio-cultural de seu contexto.

Marapanim⁽¹⁾, cujo nome deriva do rio homônimo que se estende de suas nascentes, no território de Anhangá e desemboca na baía de Marapanim, tem sua vida econômica afetada por duas áreas ecológicas: as terras firmes e a costa marítima do Nordeste Paraense, as quais caracterizam, em geral, os municípios distribuídos na Zona do Salgado. Situa-se na porção litorânea dessa Zona fisiográfica a 0°42'52" de latitude sul e 47°41'54" de longitude de W.Gr. (IBGE, 1957). Limita-se atualmente, com as águas oceânicas da baía de Marapanim e os Municípios de Curuçá, Maracanã e Magalhães Barata.

Suas origens remontam os fins do século XVII quando os padres jesuítas instalaram uma fazenda denominada "Bom Intento" na margem esquerda do rio Marapanim, domínio pertencente à jurisdição da Vila de Cintra, atual Maracanã (Município de Marapanim, 1916:373). A tradição oral conta-nos que os regulares da Companhia de Jesus ocuparam as terras no local conhecido por Arapijó, o povoado mais antigo do município. Essa fazenda usufruiu grande prosperidade.

(5) — Sua toponímia é indígena de origem tupi, que significa "Borboletinha d'água" (MRA ou MBARA — mar, e PANIM ou PANĀ — borboletinha), (IBGE, 1957: v. XIV).

Mas, com a expulsão desses padres do local, em decorrência da ação do Marquês de Pombal, contra os jesuítas, reforçada pela lei de 3 de setembro de 1759 (Cf. Arnaud, 1973:11), suas terras e seus bens foram doados parte à Curia e parte a um casal, provavelmente ajudantes dos referidos religiosos, já por volta de 1940.

Documentos constantes no arquivo do Cartório local, informam-nos que a essa época, o então vigário da Freguesia de Curuçá — Padre José Maria do Valle — iniciou seus contatos com a região através de viagens sucessivas a Arapijó, a fim de inteirar-se da partilha que lhe coube como representante da Cúria⁽⁶⁾. Esses contatos, de certo modo, pesaram na criação do atual município, na medida em que se juntaram outros fatores de ordem política e motivaram a mudança do Padre Valle, de Curuçá para Marapanim. Em 1812 mandou erigir uma capela a alguns quilômetros abaixo do povoado de Arapijó, dentro dos domínios da Fazenda "Bom Intento" em terras que lhe couberam pela citada partilha. Ao padre juntaram-se seus irmãos Francisco José do Valle e Capistrano do Valle e seus familiares.

Com obtenção de licença papal para a criação de uma nova Freguesia no local em que se instalou, trocou o nome de "Bom Intento" para "Freguesia de Nossa Senhora das Vitórias", em homenagem a sua protetora. Esse foro foi legalizado pela Lei 610, de 21 de outubro de 1869, tornando-se oficialmente conhecida como Freguesia de Nossa Senhora das Vitórias de Marapanim. A área dessa Freguesia constituiu-se numa ilha cercada por dois igarapés e pelo rio Marapanim. Assumiu a categoria de Vila pela Lei 802 de 4 de março de 1874, e a de cidade em 6 de julho de 1895, pela Lei 324 (Palma Muniz, 1904:199). Nesse mesmo ano recebe foros de município, desligando-se do Município de Cintra. O território citado ocupava uma área de 4.356 hectares de terras devolutas que foram concedidas pelo Governo do Estado

(6) — "Algumas braças de terra, escravos, duas grandes imagens de Nossa Senhora das Mercês e São Raimundo".

do Pará — Sr. Augusto Montenegro — à Intendência Municipal de Marapanim, pelo Decreto n.º 1.221 de 3 de junho de 1903. A cidade de Marapanim, ficava a 0°38'53" de latitude sul e 4°29'34" de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro (Ibid.). Após o período de anexação de seu território ao Município de Curuçá (de 1930 a 1931), Marapanim constituiu-se dos Distritos de Cuinarana, Marudá, Matapiquara e Monte Alegre do Maú.

Se tomarmos como base o período que medeia entre a fundação da Freguezia, em 1862, e o ano em que Baena prestou informações sobre as Comarcas da Província do Pará, em 1885 (1885: 7-8), nota-se que Marapanim, num espaço de 23 anos de existência, experimentou uma situação próspera, o que nos parece associada, entre outros fatores, às condições naturais da região. Assim, narra Baena, fazendo inicialmente alusão ao núcleo urbano do município:

...florescente situação alegre, muito ventilada, ares saudáveis, lugar alto ao norte e muito baixo ao sul, cortado por dois igarapés, formando uma ilha... 6 ruas direitas, 4 travessas e uma grande praça, boas casas, capelinha, igreja matriz em construção, paço municipal, 2 pontes particulares, 2 tipografias, 2 periódicos... 2 padarias, 8 casas de negócios na Vila e 5 fora, banda de música, 3 escolas públicas... uma sociedade literária... coletoria geral e provincial, agência do correio. Sua população é calculada em 500 almas, e em todo o município em 6.000; comércio próspero e já importante pela grande exportação de farinha, peixe salgado, milho, aves, frutas, etc., indústria, algumas pequenas fazendas de gado vacum, para o que tem excelentes campos ao noroeste da Vila, louça de barro comum, fábrica de cal (1885:7-8).

Os resultados do primeiro censo realizado em Marapanim, dez anos após o documento de Baena, indicam que o município continuava florescente. A população total recebeu um incremento equivalente a 2.462 habitantes, 1 rua e mais 3 travessas foram abertas na sede, pelas quais se distribuíram 175 casas abrigando 738 habitantes. Destes,

552 eram lavradores, 88 artistas, 19 empregados públicos, 30 exerciam diversas profissões e 24 nenhuma(7).

QUADRO COMPARATIVO

Dados sobre Marapanim	1885	1895
População total	6.000 hab.	8.462 hab.
População da sede	500 hab.	738 hab.
Ruas na sede	6	7
Travessas na sede	4	7

Embora estes dados exibam uma diferença muito pequena, indicam um certo crescimento naquela área, que se torna importante para a análise que pretendemos aqui, e que, de um modo geral, a vida econômica girava basicamente nos setores agrícola e comercial. A pesca, como mencionou Baena, indústria e o setor criatório, colocavam-se numa escala praticamente secundária ou diminuta.

O comércio, por sua vez, era basicamente propiciado pela agricultura.

Segundo a tradição oral, o produto da atividade pesqueira, em relação ao que se observa hoje, destinava-se a um mercado mais restrito, dado a qualidade do peixe que era exportado, pois a preferência pelo peixe salgado ou seco é menor que a do *in natura*. Essa lacuna concernente à exploração do peixe "fresco", associada ao relativo isolamento geográfico em que vivia a área, dificultava sua alocação nos centros mais distantes devido a perecibilidade do produto. Por outro lado, a falta de infra-estrutura adequada, em termos de transportes rodoviários que constituíssem um meio mais fácil de alocação do produto *in natura*, extra localmen-

(7) — De um documento particular do tabelião de Marapanim.

te, inibia a atividade pesqueira intensiva de caráter especializante no município.

A expansão do sistema rodoviário na região do Nordeste Paraense só se verificou a partir dos anos 50. Antes, Marapanim fazia sua comunicação por via flúvio-marítima em pequenas canoas à vela e por um serviço de lanchas subvencionado pelo Governo da Província do Pará, em 2 viagens semanais. A essa época a cidade de Marapanim funcionava como o centro catalizador e redistribuidor da produção interiorana. Poderia ser comparada a uma *comunidade comercial*, segundo o esquema de Mckenzie (1970:98). Embora essa fosse de *serviço primário*, porque a sua própria existência, enquanto centro comercial do município, era permeada pelas atividades agrícola e pesqueira que seus membros exerciam ao seu redor.

O aspecto econômico de Marapanim ganhou um novo matiz com a expansão do sistema rodoviário. Embora por volta de 1936 o então prefeito José Magalhães envidasse esforços para a abertura da estrada de acesso entre a sede municipal e a estrada Curuçá-Castanhã, as rodovias e seus ramais que foram aos poucos sendo criados, desarticularam a tradicional interdependência entre a sede municipal e seus distritos e outros povoados. A cidade, com a consecução dos anos e com as melhorias nas estradas, foi perdendo sua posição de centro alocador e redistribuidor dos produtos das populações interioranas, porque estas encontraram novas oportunidades de escoamento para seus produtos sem a mediação da cidade de Marapanim. A capital do Estado do Pará — Belém — tornou-se mais próxima de Marapanim e, conseqüentemente, se constituía numa miragem para o homem do interior marapaniense. Um reflexo notável da expansão das rodovias está no estímulo à ampliação do mercado consumidor para o peixe *in natura* da região de Marapanim. Esse mercado se tem alargado nos últimos anos. A estrada foi, por assim dizer, um elemento novo introjetado na vida sócio-econômica e cultural do município, através do

qual bens materiais e sociais da cultura urbana foram penetrando naquele contexto; foi o *fator de perturbação*⁽⁸⁾, como diria Antonio Candido (1971:91), que reorientou inclusive a forma de utilização do potencial de reservas naturais disponíveis na área, estimulando a atividade pesqueira para um cunho especializante no litoral de Marapanim.

ASPECTOS ATUAIS DO MUNICÍPIO

Marapanim dispõe hoje de uma área de 688 km² e uma população de 17.066 habitantes, conforme nos mostra a síntese preliminar do Censo demográfico de 1970. Além dos distritos de Matapiquara, Monte Alegre do Maú (Vila Maú), Vista Alegre do Pará e Marudá (Marudazinho ou Marudá de Cima), existe uma série de povoados espalhados em seu território.

Na porção interior da *Zona do Salgado* existem extensas áreas de terra-firme, as quais estão fora da possibilidade de inundação, e, em direção à orla marítima, se estende uma faixa de terras caracterizada pela presença de praias banhadas pelas águas salgadas do Atlântico, por isso, não raro designada de costa atlântica. Essas duas áreas ecológicas têm marcado a vida econômica de Marapanim, bem como os fatores já colocados.

O município foi reduzido com a perda de uma área em 1961, que hoje compreende o Município de Magalhães Barata, cuja sede foi instalada na Vila de Cuinarana. Esse território perdido por parte de Marapanim, levou consigo grande porção de terras agricultáveis do município. Antes a economia assentava-se na agricultura e na pesca, esta, quase que totalmente para o consumo interno. Foi enriquecida com uma nova atividade — a pesca para a comercialização, que encontrou no litoral um campo propício, graças a piscosidade que lhe é peculiar. Pouco a pouco foram surgindo

(8) — Expressão utilizada por Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito* (1971), para rotular os fatores que alteram a situação tradicional do caipira paulista.

vizinhanças rurais pesqueiras ao longo da costa de Marapanim, as quais fizeram da pesca uma atividade para o comércio. Pode-se então apontar, com base nestes dados, dois territórios de adaptação econômica, um de cunho agrícola e outro de caráter pesqueiro, dentro do município tratado, aos quais designaremos de *micro-áreas* neste trabalho. Cada uma delas reflete procedimentos técnicos peculiares e organização do trabalho correspondente à atividade exercida pelos membros que dependem, para sua sobrevivência, do tipo de exploração econômica que o *habitat* favorece. Conquanto sejam verificáveis certas distinções de uma área para outra, quer do ponto de vista da tecnologia empregada, do tipo de equipamento, do tipo de aglomeração nas vizinhanças rurais e até mesmo no alcance de outros produtos extralocalmente, há um elo entre as duas *micro-áreas*, que é a vivência de seus membros dentro daquilo que se poderia chamar de *cultura rústica*, no sentido empregado por Antonio Candido (1971: 21-23). Essa expressão que define o modo de vida dos habitantes, não assume conotação pejorativa, mas expressa um estilo de vida simples, um modo de ser característico, um modo de vida não citadino, marcado por um acentuado grau de solidariedade intragrupal, pela qual as formas de cooperação persistem, e também um sentimento de pertencer ao seu micro-cosmos ao mesmo tempo que participam da sociedade regional. Esse liame cultural significa o denominador comum das duas *micro-áreas*.

A existência dessas *micro-áreas* ou "zonas" como têm sido referidas pelos habitantes do município, denota o modelo de povoamento das vizinhanças rurais na Amazônia caracterizado pela adaptação humana ao ambiente natural. A propósito disso, Morán (1974: 142-143) aludiu que o modelo de povoamento de uma comunidade amazônica, reflete o ajustamento ecológico e as ocupações resultantes de seu povo, e ainda, o modelo de povoamento de vizinhanças rurais é determinado pela ecologia e pela principal atividade econômica.

Nossas observações mostram que o caboclo⁽⁹⁾ de Marapanim não é vocacionado para esse ou aquele tipo de ocupação, ou seja, ele não é destinado só para agricultura ou somente para a pesca, ou ainda, para qualquer tipo de atividade econômica; mas, antes de tudo, ele se adapta ao ambiente natural, não é passivo ao *habitat*, mas cria e recria diante das inovações que lhe são apresentadas, de modo a tirar proveito dele e aumentar suas *chances* de vida. Ele vive em reciprocidade com o meio ambiente, aproveitando os recursos que o *habitat* oferece através de uma tecnologia simples, revelando a herança aborígene que se faz presente em sua cultura e uma organização social adequada para o desempenho das tarefas básicas, que, com o decorrer dos anos, vem sofrendo modificações, o que demonstra sua capacidade de adaptação ao meio em que vive, mantendo dessa forma o equilíbrio bio-social. Porém, a adaptação do caboclo não é apenas permeada pelas condições naturais está condicionada também pela formação de mercados consumidores dos bens que ele produz. Daí aparecer sempre a diversificação de atividades específicas que rotulam o caboclo, conforme observamos anteriormente (nota 9). As explicações para os rearranjos sociais com relação à atividade econômica básica têm que ser buscadas na história do município. Como já foi dito, a estrada facilitou as comunicações com Belém, que se tornou mais próxima e sua influência fez-se mais marcante no sentido de atrair pessoas para ela, principalmente as da faixa etária mais jovem. Esse processo que se vem verificando lentamente, pode ser asso-

(9) — O termo **caboclo**, não tem aqui apenas a sua conotação étnica, mas sobretudo, um sentido cultural. Na Amazônia, **caboclo** não constitui apenas o tipo mestiço, resultante do cruzamento entre brancos e índios, com tez amorenada, cabelos lisos, olhos amendoados, os homens quase imberbes. Porém extrapola o estereótipo étnico, assumindo uma conotação cultural manifestada pelo seu estilo de vida. Como observou Salles (1969:258), a **população cabocla** não é homogênea culturalmente, pois os indivíduos podem ser distribuídos conforme os tipos de atividades econômicas a que se dedicam, como agricultores, vaqueiros, pescadores, seringueiros, canoeiros.

ciado à desarticulação do trabalho familiar nas lides das vizinhanças rurais do município, como também das formas cooperativas de trabalho. Bens manufaturados foram sendo introduzidos e aceitos pelos habitantes, exigindo uma racionalização do orçamento visto que, por vezes, esses bens atribuem prestígio pessoal a quem os possui. Havia, então uma necessidade crescente de produzir mais para a aquisição das *novidades da cidade*, tais como relógios, radinho de pilha, roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos, etc. O mutirão (ou *mutirum*, conforme é a expressão local), foi pouco a pouco deixando de ser utilizado na maioria das tarefas. Hoje é utilizado em algumas ocasiões como *roçagem* de um terreno para plantar *roçado*, montagem de *curral* de pesca. Segundo a tradição oral, os *mutiruns* de hoje, do ponto de vista morfológico e lúdico, apresentam-se menos ricos em relação aos de outrora. Muitos deles são caracterizados pela troca de dias de trabalho. Embora tenha havido modificações nesse aspecto, é importante notar que o mutirão, conquanto reduzido em seu número de participantes e restrito a determinadas atividades, subsiste um princípio básico que o alicerçava no passado: o princípio da reciprocidade entre os participantes que os engajava e engaja ainda num sistema de obrigatoriedades, o que contribui para manter um certo grau de coesão grupal e a sua continuidade.

O processo adaptativo do caboclo marapaniense, além dos fatores de ordem natural que o tem caracterizado, sofre também influências das compulsões de ordem externa, como por exemplo, a formação de mercados para os seus produtos, possibilitada pelo desenvolvimento do sistema rodoviário e concomitantemente a modernização nos meios de transporte. Em conseqüência, o caboclo passou a dedicar-se a uma atividade cujo produto do trabalho extrapola o consumo doméstico. Seus produtos têm agora um maior alcance em termos de mercado. Passou a vender seus produtos não apenas nos centros circunjacentes, mas a outros mais distantes cuja alocação é feita por uma rede de intermediá-

rios — *marreteiros* —, também resultante das facilidades de comunicação na área.

Assim, a vida econômica de Marapanim é influenciada tanto por seu ambiente natural como por fatores de ordem econômica e sócio-cultural.

AS MICRO-ÁREAS DE MARAPANIM

Como já dissemos a presença da terra-firme e da costa atlântica na região do Nordeste Paraense, refletem-se diretamente no Município de Marapanim, configurando nele duas áreas de adaptações diversas. Uma situada na porção interior do município que coincide com a região de *terra-firme* propícia para a lavoura; e a outra, na orla marítima, onde a existência de praias tem possibilitado a formação de núcleos de pesca e tornado marcante a produção pesqueira para a comercialização do peixe *in natura* e, em determinados trechos, estimulando opções para o turismo no Pará. Estas são, respectivamente, *micro-área da Água Doce* e *micro-área Praiana* cuja nomenclatura deriva da terminologia local.

A adaptação econômica característica das comunidades integrantes da *micro-área da Água Doce* é manifestada pelo cultivo do solo por lavradores que adotam o processo de *derrubada* e *queimada*. Produzem principalmente farinha de mandioca e outros produtos para sua subsistência — milho, arroz, feijão, laranja, melancia. O processo adaptativo das comunidades da *micro-área Praiana* consiste na atividade voltada para o mar, rios e igarapés, onde a pesca e a coleta de moluscos e crustáceos é a principal fonte de subsistência de sua população (Corrêa & Simões, 1971: 3).

Não se pretende estabelecer limites rígidos entre essas duas áreas marapanienses, visto que em cada uma as atividades agrícola e pesqueira não se excluem mutuamente, ao contrário têm o caráter de complementariedade. O que ocorre é uma superposição de atividades de acordo com a sua localização geográfica e sua forma de manipulação dos recursos naturais. Poderíamos, assim, representá-las :

Micro-áreas de Marapanim	Atividades básicas executadas	
	Agricultura	Pesca
Água Doce	+	—
Praiana	—	+

A primeira se estende do povoado de Arapijô situado na margem esquerda do curso médio do rio Marapanim, no sentido norte-sul do município. Aliás, a própria Delegacia do Sindicato Rural de Marapanim considera Arapijô como ponto de referência para a separação das duas *micro-áreas* de produção econômica, "de Arapijô pra cima é considerado Água Doce, a zona de pesca é do Arapijô pra baixo"⁽¹⁰⁾. A área *Praiana* configura-se daquele local em direção ao norte, isto é, para o litoral de Marapanim.

a) *A micro-área da Água Doce*

O termo é tomado da terminologia local. Esta nomenclatura é devida ao fato de que as águas do rio Marapanim e seus afluentes, igarapés e furos vão perdendo o teor de salinidade característico e acentuado da costa atlântica do município. Tanto que "na altura de Remanso as águas estão completamente doce"⁽¹¹⁾. Remanso é um povoado do alto curso do rio Marapanim, situado entre Arapijô e Pedranópolis.

Essas áreas, como quase todo o município, é sulcada por uma rede hidrográfica, cujo acidente principal é o rio Marapanim. Ao lado do sistema rodoviário coloca-se como via de acesso entre a cidade de Marapanim e a maioria das comunidades distribuídas nesse território, em geral, ao lon-

(10) — De uma entrevista com o Presidente do Sindicato Rural de Marapanim.

(11) — De uma entrevista com moradores de Arapijô e da cidade de Marapanim.

go dos cursos d'água. Em alguns casos, entretanto, as comunicações entre as comunidades são feitas por via terrestre, pelas rodovias construídas, outras somente são atingidas por via fluvial.

Incluem-se nesse espaço as seguintes comunidades: Arapijó, Igarapé-Açu do Mearim, Boa Esperança, Piquiateua, Caju, Taperinha, Monte Alegre do Maú, Vista Alegre, Tamaquara, Sant'Ana, Cruzeiro do Maú, Maranhão, Remanso, Pedranópolis, Cipoteua, Marudazinho (ou *Marudá de Cima*), Cruzador, Fazendinha, Jarandea, Aerial, São Miguel do Crispim, Encantado, Abaetezinho, Samambáia, 15 de Novembro, Itacoan, Arsênio, Matapiquara, Cristolândia, Canavial, São Vicente e Vila Silva.

Informações colhidas entre antigos moradores da cidade de Marapanim e no Sindicato Rural desta cidade, tais como os dados censitários, têm demonstrado a tradicionalidade agrícola dessa área. Contudo, não se pode escamotear a existência de outras atividades de caráter secundário que concorrem para a complementação de sua subsistência tais como: a pesca nos rios e furos adjacentes às comunidades, a extração de madeira para a fabricação de utensílios que muitas vezes são vendidos para as comunidades da área *Praiana* (*escoadores* de canoa, *moitões* para o *aparelhamento* das embarcações pesqueiras e mesmo para a fabricação das próprias embarcações) (12).

Em 1908, Marapanim participou da Exposição Nacional do Rio de Janeiro, apresentando amostras de seus produtos cultivados nessa *micro-área*. Uma informante nossa, chegou a fornecer produtos de sua roça, no rio Arauá, para aquela exposição. Para se ter uma idéia do que era produzido no município, relacionaremos a seguir alguns produtos dos quais foram encaminhadas as amostras para aquela exposi-

(12) — Em uma de nossas visitas ao litoral de Marapanim, indagamos a um pescador onde ele e seus companheiros conseguem **escoadores de canoa**; respondeu-nos que comprado nas casas de comércio as quais adquirem "do pessoal da Água Doce" — no Fugido, antigo povoado de Marapanim, hoje parte da jurisdição do Município de Magalhães Barata.

ção nacional em 1908: sementes de óleo de carrapato (*Ricinus communis* L.), este óleo utilizado para fins medicinais e estéticos (alisamento de cabelo); farinhas fabricadas de vários *cultivares locais* ("Tucumã", "Pacajá", "São Miguel", "Murador", "Guajará"); aguardente de mandioca; chapéus feitos de talas de guarumã (*Ischnosiphon obliquus*); tabacos envoltos em folhas de guarumã e meriti (*Flexuosa* l.f.); moitão, espécie de roldana feita de cortiça usada no sistema de propulsão das embarcações à vela; talos de meriti (*Meritia Flexuosa* l.f.); azeite de andiroba (*Carapa guianensis*); mel de cana e de abelha; óleo de copaiba (*Copaifera* sp.); breu natural; raízes de jambuaçu (*Spilantes oleraceae*); cascas de pindaena (*Xilopia frutescens*); jutaí (*Hynenaceae courbaril*); folhas de caxió⁽¹³⁾; jalapa (*Mirabilis jalapa*); paramarioba (*Cassia occidentalis*); timbó do campo (*Tephrosi brevides*); sementes de imbiriba (*Canna glaucal*); madeiras diversas: Pau d'arco (*Corrolia toxophon*); pau rosa (*Aniba parviflora*); acapu (*Vouacaponia americana*); macacaúba (*Platymixium*); pau amarelo (*Euxilophora paraensis*); angelim (*andina*); muirapitanga branca e vermelha; piquiá-êê (*Caryocar glabrum*); paricá; muirapixuna; cumaru (*Dipterix odorata*); tatajuba (*Bagasse guyanensis*); sucupira (*Bradichia virgilioides*); pupuca; ucuuba; cedro (*Cedrela*), etc. (Ourique, 1908: 107).

Esta descrição demonstra a riqueza de recursos naturais existentes e que permitiram o aproveitamento por parte dos habitantes locais. Embora hoje esse quadro não seja o mesmo, no tocante à atividade extrativa de madeira, a *micro-área da Água Doce*, ainda fornece certos bens que são consumidos em seu interior e fora dela.

Nos censos de 50 a 70 nota-se a ausência de produção madeireira, entretanto ela existiu reforçando a base de subsistência dessa área no passado (Quadro 1).

Nessa área existe também a possibilidade para o criatório de gado vacum. No relato de Baena, visto anterior-

(13) — Não encontramos a sua nomenclatura científica.

mente, encontramos referências sobre o assunto, na parte noroeste do município. Com relação a essa atividade, hoje Marapanim ainda não pode contar como expressiva. Segundo informações, a atividade pecuária encontra viabilidade dada a existência de pastos no alto curso do rio Marapanim e onde o suprimento de água doce para o gado se torna mais acessível que em comunidades da *micro-área Praiana*, no litoral do município.

O processo agrícola segue o padrão de cultivo do solo de terra-firme, verificável em toda região do Nordeste Paraense, bem como o que é adotado pela maioria da população cabocla da Amazônia (Galvão, 1976: 13). Trata-se do processo de *derrubada e queimada*, caracterizado pelo sistema de rotatividade das terras. Cada roçado, após sua colheita, para ser replantado exige teoricamente um período de 4 a 5 anos para que o solo se recomponha, período esse, que na prática, nem sempre é obedecido.

Em Marapanim, a fase da *coivara* só ocorre quando o roçado a ser preparado é localizado em terrenos de matas, com árvores de grande porte, cujos troncos não são consumidos pelo fogo no ato da *queimada* ou *queima*. Requer, então, o trabalho de *encoivamento*, isto é, a remoção dos detritos e seu empilhamento, ficando dessa forma o terreno limpo para receber o plantio. Se se tratar, porém, de um roçado em terrenos recobertos por vegetação secundária — *capoeira* —, como é o caso geral, não há necessidade da *coivara*, pois a *queimada* se encarrega de destruir toda a vegetação que o recobre.

Esse processo é tradicionalmente usado para o cultivo da mandioca, a variedade comumente chamada *brava*. Esse cultivo é consorciado com outros produtos como o milho, arroz, feijão, plantados nos intervalos das hastes de *maniva*.

A *brocagem* ou *broca* é uma tarefa dos roçados que ocorre quando os terrenos localizam-se em áreas de *capoeira*. Em todo o Nordeste Paraense ela é usada comumente face a atual situação de sua vegetação, que durante anos

vem sendo devastada pelo processo tradicional de *derrubada* e *queimada*. A *brocagem* consiste no corte da vegetação com machados e terçados a partir dos limites da tarefa (14) estabelecida pelo proprietário do roçado. A *brocagem* é feita de tal modo que as árvores abatidas caem, favorecidas pelas correntes de vento, para o interior da tarefa. Em seguida prepara-se o *aceiro* que é o caminho que circunda o roçado. Sua finalidade é evitar que o fogo se propague para as adjacências. O *aceiro* usualmente possui uma largura de 1m aproximadamente. A fase da *brocagem* inicia-se geralmente entre os meses de setembro e outubro. A seguir, os lavradores esperam o mato secar para realizarem a *queima*. Na *brocagem* geralmente só participam homens; alguns trocando dias de trabalho, outros, trabalhando de forma remunerada a razão de Cr\$ 20,00 a diária, em 1976.

A *queimada* ocorre poucos dias antes da chegada das chuvas tradicionalmente esperadas como *chuvas de finados* (2 de novembro), *chuvas da Conceição* (8 de dezembro), *chuvas de Santa Luzia* (13 de dezembro), *chuvas de São Tomé* (21 de dezembro) e *chuvas do Natal* (25 de dezembro). Os lavradores esperam que as primeiras chuvas ocorram dentro deste calendário e só fazem a *queima* quando têm a certeza de que elas virão. Após a *queima* virá a limpeza do roçado. A seguir são feitos os *carreirões* que são pequenas covas onde são plantadas as hastes de *maniva* e as sementes de milho, arroz e feijão (15).

Na *queimada* a participação da mulher é quase nula, cabe-lhe apenas acompanhar o marido, quando for o caso, para assessorar-lhe em algo necessário, como servir água, preparar *fachos* (feixes de cascas de árvores para a propa-

(14) — **Tarefa** é a unidade de medida de uma área designada ao preparo de um roçado. Uma (1) **tarefa** corresponde a 25 braças quadradas; uma (1) braça equivale para o caboclo a dois (2) metros aproximadamente. Uma (1) **tarefa**, por conseguinte, correspondente a 50 m².

(15) — De entrevista colhida em Arapijó, cidade de Marapanim e Marudá.

gação do fogo). Via de regra, a mulher fica no *retiro de farinha* ou *casa de forno* fazendo alguma coisa (Fig. 2).

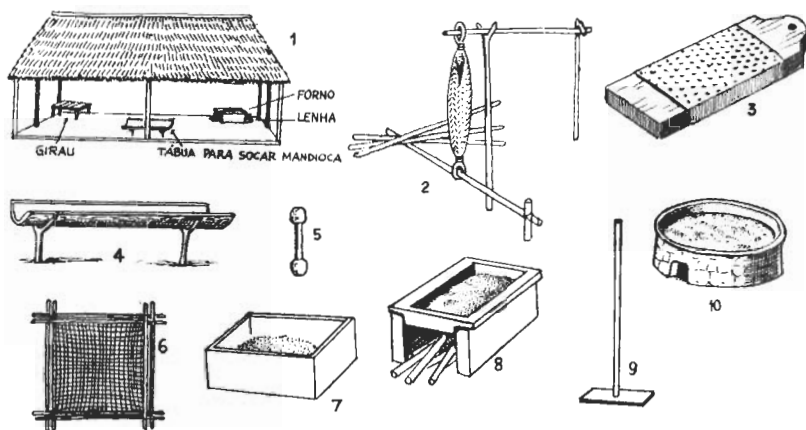


Fig. 2 — Retiro de farinha e seus implementos: 1) retiro, 2) titpiti, 3) ralo, 4) táboa, 5) mão de pilão, 6) peneira, 7) caixa, 8) forno retangular, 9) rodo, 10) forno circular. Desenhos: G. Leite.

O ateamento do fogo é iniciado num determinado ponto extremo do roçado; o lavrador observa a direção do vento para se decidir quanto ao ponto adequado para começar a *tacar* fogo. É necessário essa observação para que o vento se encarregue de espalhar o fogo adequadamente pelo roçado. A partir desse ponto piloto, o proprietário do roçado e seus ajudantes vão disseminando pequenas linguas de fogo com os *fachos* previamente preparados, e sempre contornando o roçado pelo *aceiro*. A hora preferida para a *queima* do mato situa-se entre às 12 e 13 horas. Antes não é aconselhável, porque, segundo os habitantes do local, "o mato está frio e o fogo não pega todo". Um dos roçados cuja queima assistimos de perto, media 16 tarefas ou 100 braças quadradas, levou aproximadamente 2 horas para ser queimado, sendo a vegetação de *capoeira alta* ou *capoeirão*. Como havia algumas árvores de grande porte, foi feita a *coivara*.

No passado era freqüente o concurso de quase todo o grupo doméstico nas lides de um roçado. Além do grupo familiar outras pessoas vinham juntar-se para executar os trabalhos de derrubada, queimada e, principalmente o plantio. O dono do roçado comunicava que ia fazer um roçado e, quando não convidava diretamente as pessoas, estas vinham espontaneamente prestar-lhe ajuda como resposta à participação anterior desse proprietário em seus roçados. Era como que o princípio da reciprocidade atuando entre os participantes do trabalho na roça. Essa espécie de ajuntamento de pessoas, não só membros da família proprietária, vizinhos, mas moradores, parentes ou não, vindos de outros locais para trabalhar na lavoura, designavam de *mutirum*. "Comiam e bebiam por conta do dono do roçado e sempre terminavam a faina com uma festa de carimbó". "Era um carimbó arretado".

O plantio ocorre geralmente entre os meses de janeiro e fevereiro, quando as famílias (pai, mãe e filhos) passam o dia trabalhando nos roçados. As proximidades do roçado erguem uma barraca que dão o nome de *retiro* ou *casa de forno* onde preparam a alimentação para ser consumida durante o trabalho. Em alguns casos, esses *retiros* tornam-se a extensão do lar, pois os lavradores passam muitas vezes a dormir nesses locais para aproveitarem o tempo e evitar caminhadas. As roças geralmente ficam distantes das moradias.

A dieta de ambas as *micro-áreas* consiste basicamente em peixe e farinha (16). Pode ser complementada, entretanto, com outros produtos, como feijão, arroz e alguns legumes. Nesse contexto o suprimento de peixe é conseguido através da pesca nos rios e igarapés e, com maior freqüência, pela compra aos *lancheiros* — *marreteiros de peixe* — que sobem o rio Marapanim para abastecer a população das comunidades distantes do litoral onde a pesca é praticada

(16) — Aqui estamos pensando na população cabocla das vizinhanças rurais do município e não nos habitantes da cidade de Marapanim, que já possuem alternativas outras para a sua dieta.

intensa e comercialmente. Além do *peixe fresco* esses *marreteiros*, como são conhecidos localmente, levam peixe salgado para a venda. No relatório de Arian da Costa Nery sobre sua viagem ao município de Marapanim em 1942 consta que, nas comunidades localizadas às proximidades do rio Maú, era freqüente o consumo de peixe salgado. O próprio informante nos fala de sua dieta nos dias em que passou no sítio Pirateua, na região da *Água Doce* :

...durante a semana que passamos no sítio Pirateua, praticamente laranjas e tangerinas foram a nossa alimentação, pois como os moradores diziam, os locais eram famintos, o peixe que chegava até lá era salgado e não era sempre que se encontrava, o que ajudava na alimentação básica, era o feijão de "corda" ou o "ligeirinho" que eles cultivavam em seus roçados... o peixe salgado levado para abastecer os moradores do sítio Pirateua e adjacências provinha da cidade de Marapanim e/ou Marudá.

As habitações em geral são de *enchimento* e cobertas com *palha*, folhas de palmeira. Tanto a madeira para as casas como a *palha* são extraídas *no escuro*, isto é, durante a época de quarto minguante e lua nova que localmente é conhecida como época de *luas escuras*; segundo a crença do caboclo, "tirando a madeira e a *palha nos claros*, a madeira *racha* e dá biço na *palha*"⁽¹⁷⁾ (Fig. 3).

Existem habitações, como observamos em Arapijô, Guarijubal e outros locais de Marapanim, que são construídas exclusivamente com material nativo: barro, esteios de troncos de árvores, cáibros para o teto de varas, varas finas de árvores que dão a estrutura das paredes, cipós para atar os cáibros uns aos outros, assim como as varas das paredes. Há, entretanto, outros tipos de habitações que se misturam a esses de caráter mais usual pelo caboclo, as quais mais elaboradas revelam o nível de renda do proprietário. A distribuição habitacional das vizinhanças rurais dessa *micro-*

(17) — De entrevistas realizadas com famílias em Arapijô, 1974.



Fig. 3 — Aspectos das casas na micro-área da Água Doce. Arapijô, 1974. Foto: L. Furtado.

área tendem, em algumas delas, para o padrão nucleado, enquanto que em outras observa-se uma certa dispersão das moradias.

As relações comerciais de algumas comunidades ainda são feitas diretamente com a cidade de Marapanim, enquanto que outras já alcançaram mercados mais distantes através da rede de intermediários que opera na área.

Até o momento não há em Marapanim agricultura intensiva com métodos modernos. Começa a esboçar-se, em alguns pontos do município, a presença de japoneses com plantações de legumes, pimenta-do-reino e criação de gado *vacum*, que poderão constituir-se na perspectiva de um sistema agrícola de caráter intensivo⁽¹⁸⁾.

A pecuária, de forma discreta, aparece com pequenas criações de gado em São Miguel do Crispim, Samambaia, São

(18) — Os conceitos de sistema agrícola intensivo e extensivo baseiam-se em Valverde (1961 : 718).

Vicente (divisa de Marapanim com o Município de Igarapé-Açu) e Matapiquara, no alto Marapanim. Segundo o Sindicato Rural local, os melhores campos para a criação de gado no município estão entre Matapiquara e Encantado.

b) A MICRO-ÁREA PRAIANA

Essa *micro-área* oferece praias extensas nas quais se observam aglomerados permanentes de pescadores. Algumas dessas praias são quase desabitadas aflorando um ou outro rancho de pescadores.

Essa *micro-área* é caracterizada pela exploração da fauna marítima da costa marapaniense. A piscosidade dessa área é devida a riqueza em plâncton que favorece a abundância em peixes e crustáceos (Valverde & Dias, 1967:12), que caracteriza o litoral do Nordeste Paraense.

Nesse contexto percebe-se grupos de comunidades distribuídos na faixa litorânea que praticam a pesca não somente para o consumo doméstico, mas grande parte de sua produção é carregada para o mercado externo através dos *marreteiros*, que fazem o escoamento da produção por via terrestre, substituindo o fluxo por via flúvio-marítima como era feito antes da expansão do sistema rodoviário pelos *geleiros* ⁽¹⁹⁾.

Há outro grupo de comunidades que está mais afastado da orla marítima, mas que também está sob a dependência direta dessa atividade. Seus habitantes, inclusive em épocas de safra, período em que a passagem dos cardumes possibilita u'a maior produção, deslocam-se para a orla litorânea, permanecendo por algum tempo na faina pesqueira. Nestas a prática da lavoura é um pouco mais intensa, ou melhor, mais acentuada que naquelas que estão na faixa das praias. Não chegam, contudo, a superar a produção agrícola da área da *Água Doce*.

(19) — Proprietários de canoas — *geleiros* — que transportavam o peixe de Marapanim para Soure (na ilha de Marajó) e Belém nessas embarcações à vela, acondicionando o peixe em caixas com gelo moido.

Além da atividade da pesca, o ambiente natural favorece a coleta de crustáceos e moluscos (caranguejo, mexilhão) destinada mais ao consumo doméstico. Sendo que em algumas das comunidades alinhadas mais para a porção central dessa *micro-área*, como Vista Alegre do Pará, Araticum-Miri, Paixão e Porto Alegre, há sazonalmente uma produção que é totalmente vendida para Castanhal e Belém, os maiores centros consumidores. É no *mangal* que a atividade coletora tem o seu centro produtor.

Há a considerar-se que no sentido da terra-firme a vegetação é representada pela "mata geral da região oriental do Pará" (Corrêa & Simões, 1971:3). É, portanto, nessa faixa de terras da *micro-região Praiana* que os seus habitantes praticam o cultivo dos roçados para a complementação de sua dieta.

A Colônia de Pescadores de Marapanim Z-6 indica como *núcleos pesqueiros* as seguintes localidades: Cidade de Marapanim, Marudá, Tamaruteua, Camará ou Val-de-Cães, Recreio, Juçateua, Sauaá, Vista Alegre do Pará, Araticum-Miri e Guarijuba.

Os dados históricos de Marapanim mostram que a ampliação das relações de mercado dessas comunidades da área *Praiana* com o sistema abrangente, engendrou no município a existência de uma faixa onde a atividade pesqueira comercial ocupa a maior parte da população; engendrou também a atividade coletora para comercialização. Os principais centros produtores de pescado estão em Tamaruteua, Sauaá, Camará e Marudá. Enquanto que a faixa de coleta abrange principalmente Araticum-Miri, Paixão, Vista Alegre do Pará. Embora a coleta seja de caráter sazonal, não se isola como uma terceira *micro-área*, mas se considera inclusiva da *Praiana*, dado ser a pesca notadamente a sua atividade permanente.

Encontramos na cidade de Marapanim, Vista Alegre do Pará e Băcuriteua pescadores que se deslocam nos períodos de safra para as comunidades litorâneas e para as praias que

ficam às cercanias da costa de Marapanim, a fim de exercerem a atividade pesqueira. Os pescadores da cidade de Marapanim são designados localmente de *praianos* e/ou *coxas-pretas*, dado sua atividade na pesca realizar-se nas praias; quanto a denominação de *coxas-pretas* deriva da tez escura de suas pernas que contrasta com o resto do corpo. Esses pescadores geralmente trabalham de calção, pescando *pratiqueira* ou *caica*, pois necessitam penetrar constantemente na água durante o trabalho.

A pesca ainda é praticada em moldes artesanais, com redes em barcos à vela e armadilhas fixas (*currais*, na maioria). Cada modalidade de pesca exige uma organização de trabalho própria, equipamentos adequados, tempo e locais particulares. Seus membros, porém, participam das mesmas relações de mercado, estão envolvidos pelo mesmo sistema de distribuição.

Suas habitações são em geral de madeira e cobertas com telhas, algumas com *palha*. As moradias que ficam mais afastadas da orla das praias, em geral, são de *enchimento*. O padrão de distribuição habitacional é de caráter nucleado (Fig. 4).



Fig. 4 — Casario na micro-área Praiana. Recreio, 1976. Foto: L. Furtado.

Os dados populacionais exibidos pela Colônia de Pescadores Z-6, com relação à população ativa na pesca têm que ser encarados como parciais, porque há muitos pescadores ativos que ainda não estão inscritos na referida Colônia, o que vem sendo estimulado através de suas *Capatazias*. Segundo essa Colônia, em 1976 os pescadores estavam assim distribuídos: 158 na cidade de Marapanim, 116 em Marudá, 38 em Tamaruteua, 22 no Camará, 18 no Recreio, 4 em Juçateua, 21 no Sauaá, 39 em Vista Alegre do Pará, 12 em Araticum-Miri e 38 em Guarijubal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto, evidentemente, não foi abordado em profundidade, mas procuramos oferecer, tanto quanto possível, uma visão panorâmica da realidade física, histórica e econômica de um município que tem sido rotulado de *estagnado*, *decadente*. Tentamos com estas notas mostrar as conexões existentes entre o *habitat* e a vida econômica dos habitantes que engendram particularidades dentro do município.

As duas áreas apresentadas representam segmentos da sociedade complexa, cujos membros desempenham atividades estruturalmente ligadas aos centros urbanos. Por isso, ambas são semelhantes entre si, distintas, porém, quanto ao modo de uso do meio ambiente, quanto a tecnologia empregada e quanto a organização do trabalho. Por outro lado há um denominador comum entre elas, consistindo no fato de seus membros estarem ligados pelos mesmos laços culturais. Participam da mesma cultura e adaptam-se às condições naturais do meio em que vivem, o que é manifestado pelos diferentes modos de obtenção de sua sobrevivência.

Compulsões de ordem econômica, tecnológica e social vêm ocorrendo no contexto marapaniense, provocando nas duas *micro-áreas* alterações em sua estrutura econômica, submetendo os habitantes a uma sujeição cada vez mais crescente aos centros consumidores das cidades de Belém

e Castanhal, com os quais as relações comerciais são mais freqüentes. Em contrapartida, é necessário um esforço de trabalho maior para a obtenção dos meios de vida, para fazer face as necessidades que vão sendo criadas como as resultantes do estreitamento dos contatos entre as comunidades das duas *micro-áreas* examinadas e os centros consumidores extra-locais.

Como em Marapanim, na Zona do Salgado e suas congêneres, deve haver outros municípios com características semelhantes as do município que estudamos, que suscitem programas técnico-assistenciais no sentido de desenvolver as atividades produtivas na área, reativar setores estagnados, outrora relevantes, e, por isso, capazes de atribuir características florescentes a Marapanim, como disse Baena em seu relatório de 1885, citado na introdução deste trabalho. A tímida lavoura que o município apresenta, a nosso ver, é passível de ser estimulada por programas que venham atender as necessidades dos lavradores, porém de forma adequada ao seu ambiente cultural, a fim de que, tais programas, não se tornem inoperantes e nem acarrete situações anômicas para os habitantes. O sistema de cooperativas poderia ser uma boa solução para os problemas que lavradores, pescadores e coletores enfrentam. Através dele os indivíduos seriam atendidos em suas necessidades de crédito, equipamento, armazenamento e comercialização, superando, assim, dificuldades pessoais e contribuindo, ao mesmo tempo, para o aumento da produtividade no Município de Marapanim.

S U M M A R Y

This note is concerned with the existence of two economic adaptation areas in Marapanim county (Micro Região Homogênea do Salgado at Northeast of State of Pará, Brazil), as exemple of ecological diversification of Amazon Region cited by Wagley (1967) and Meggers (1974), that has con-

ditioned several styles of life and has attributed particular characteristics to the population of this vast environment.

Marapanim county is located between two ecological areas: the *terras firmes* and the Northeast coast State of Pará. The ecological differences influenced the adaptative process of the local population, and as a result of these influences we observed the existence of two sub-areas in Marapanim context, designated micro-areas *Água Doce* and *Praiana* according to the extent of the influence of ecological conditions mentioned.

This is a consequence of field work initiated in 1973 at Marapanim county and is based upon research data gathered through participant observation, interviews and oral histories. It is part of an on-going research program of the Museu Goeldi concerned with regional population of the Amazonia.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ARNAUD, Expedito

1973 — Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. In: **Publ. av. Mus. Pa. Emílio Goeldi**, Belém 22, 45 p.

BAENA, Manoel

1885 — **Informações sobre as Comarcas da Província do Pará; organizado em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883.** Belém, F. da Costa Jr. 65 p.

CÂNDIDO, Antonio

1971 — **Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida.** São Paulo, Livr. Duas Cidades.

CARTÓRIO de Marapanim — Documento particular

CORRÊA, Conceição Gentil & SIMÕES, Mário Ferreira

1971 — Pesquisas arqueológicas na Região do Salgado (Pará). A fase Areão do litoral de Marapanim. **B. Mus. Pa. Emílio Goeldi**, Belém, n. ser. Antrop., 48, 30 p., il., 8 fig. 2 tab., 4 est.

GALVÃO, Eduardo

- 1976 — Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá: Baixo Amazonas, 2 ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, INL. 153 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5. Brasileira, 284).

IBGE

- 1957 — Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro. v. 15.

IDESP

- 1975 — Capacidade de uso da terra das Micro Regiões do nordeste Paraense. Belém, 65 p. (Série monografias, 17)

MCKENZIE, Roderick

- 1970 — A comunidade humana abordada ecologicamente. In: PIERSON, Donald Estudos de Ecologia humana; leituras de sociologia e antropologia. São Paulo, Martins. (Ciências Sociais, 6) p. 95-111.

MEGGERS, Betty

- 1974 — Environment and culture in Amazonia. In: LATIM AMERICAN CONFERENCE, 23 d. University of Florida, 1973. Man in the Amazon. Gainesville University of Flórida Book. 330 p., p. 91-110.

MORAN, Emilio F.

- 1974 — The adaptative system of the Amazonian caboclo. In: LATIN AMERICAN CONFERENCE, 23 d. University of Florida, 1973. Man in the Amazon. Gainesville University of Florida Book. 330 p., p. 136-59.

MUNICÍPIO de Marapanim

- 1916 — Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 9: 373-9.

NERY, Arian da Costa

- 1942 — Relatório de minha primeira viagem ao município de Marapanim, Belém (manuscrito).

OURIQUE, Jacques

- 1908 — O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Rio de Janeiro, Typ. Leuginger. 111 p.

PALMA MUNIZ, João de

- 1924 — Legislação de terras; dados estatísticos. Belem, Gráfica do Instituto Lauro Sodré 65 p.

PATRIMÔNIO do Conselho Municipal de Marapanim.

- 1904 — (Decreto n. 1.221, de 3 de junho de 1930) In: **PALMA MUNIZ**, João de. Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará. Paris, Aillaud. cap. 16.

RECENSEAMENTO Geral do Brasil. 8

- 1970 — **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Pará. Rio de Janeiro. IBGE.

SAHLINS, Marshall D.

- 1966 — A cultura e o meio ambiente; estudo de ecologia cultural. In: **Panorama da Antropologia**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 246 p., p. 100-10.

SALLES, Vicente & **SALLES**, M. I.

- 1969 — Carimbó; trabalho e lazer do caboclo. **R. Bras. folcl.**, Rio de Janeiro, 9(25).

SILVA, Armando Bordallo.

- 1959 — Contribuição ao estudo do folclore amazônico na zona Bragantina. In: **B. Mus. Pa. Emílio Goeldi**. Belém, n. ser. Antrop., 5, 66 p.

VALVERDE, Orlando

- 1961 — O conceito de sistema agrícola intensivo e extensivo. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, 23(4): 718-20.

VALVERDE, Orlando & **DIAS**, Catharina

- 1967 — **A rodovia Belém-Brasília. Estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro, IBGE. (Biblioteca Geográfica Brasileira, série A. Publ., 22).

WAGLEY, Charles

- 1957 — **Uma comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos**. São Paulo, comp. Ed. Nacional, 401 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5. Brasileira, 290).

Aceito para publicação em 17/11/77

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim — Nordeste Paraense. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série : Antropologia**, Belém (67) : 1-32, mar. 1978. ilus.

RESUMO: Apresentadas duas áreas de adaptação econômica do Município de Marapanim (Micro Região Homogênea do Salgado, no Nordeste do Estado do Pará) como exemplo de diversificação ecológica existente na Amazônia. Estas áreas, designadas por **micro-área da Água Doce** e **micro-área Praiana**, manifestam a influência das áreas ecológicas que orientam a vida econômica dos habitantes do citado município: a costa marítima e as terras firmes do nordeste paraense, que atribuem a cada uma delas peculiaridades em termos de exploração dos recursos do meio, de organização do trabalho, de distribuição populacional e da tecnologia empregada pelos habitantes locais. O estudo baseia-se em observação participante, entrevista e histórias de vida, realizadas em trabalho de campo.

CDU 338.(811.52)

CDD 330.98115

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI